

Debate político e discurso relatado – dimensões de uma ficção

Maria Aldina Marques

Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Campus universitário de Gualtar
4710- Braga. PORTUGAL
mamarques@ilch.uminho.pt

Resumo

O discurso relatado interessa à análise linguística do discurso enquanto estratégia discursiva que faz ouvir no discurso «outras vozes» para além dos interlocutores empenhados na interacção verbal. No debate político parlamentar, cujo objectivo geral é chamar o governo a contas para discutir a realidade política e social, o Discurso Directo, entre outras funções, serve à credibilização do locutor ao introduzir no discurso uma voz que traz autoridade à argumentação em curso e intensifica a relação polémica. Com efeito, o Discurso Directo, enquanto «atualização de uma enunciação anterior», se não trazer para o discurso um pressuposto de «verdade», de factualidade, constitui, pelo menos, um factor de verosimilhança que serve os objectivos comunicativos do locutor.

Apesar dos objectivos do debate político acima enunciados, este subgénero discursivo não impede a construção de dimensões ficcionais a partir do uso do Discurso Relatado.

Proponho-me determinar os momentos discursivos em que o Discurso Relatado (e o Discurso Directo, em especial) surge, a função que desempenha na construção do discurso, a possível natureza ficcional e as características linguísticas que a evidenciam.

Palavras-chave: Discurso político, debate, discurso relatado, ficção, estratégias de argumentação, relação interpessoal.

Résumé

Le discours rapporté est important pour l'analyse linguistique du discours en tant qu'il s'agit d'une stratégie discursive qui fait entendre dans le discours d'autres voix en dehors de celles des interlocuteurs. Dans le débat politique parlementaire, dont l'objectif est de questionner l'action du gouvernement a propos de certains aspects de la vie politique et sociale, le Discours Direct, au-delà d'autres fonctions, sert à rendre crédible l'image du locuteur, par l'introduction dans le discours d'une voix d'autorité qui renforce l'argumentation en cours et, en plus, il affermit la relation interpersonnelle polémique. Le Style Direct, en tant que «actualisation d'une énonciation antérieure», peut ne pas apporter au discours un présupposé de vérité, mais il est en tout cas un facteur de vraisemblance en appui de l'intention communicative du locuteur.

Malgré les caractéristiques du débat politique, ce sous-genre discursif permet la construction de «fictions» à partir du Discours Rapporté.

Dans cette communication, j'aborde les moments du discours où il y a ce type de construction, sa fonction dans le discours et les procédures linguistiques qui le montrent.

Mots-clés: Discours politique, débat, discours rapporté, fiction, stratégies argumentatives, relation interpersonnelle

Abstract

Reported speech is an important issue of discourse analysis inasmuch it constitutes a strategy to bring to the discourse other voices than those of the participants. In parliamentary political debate, especially the debates of Interpellation to the Government, the aim is to confront the government about several important governmental policies. Direct speech, among other functions, allows the presence of an authoritative voice that improves the credibility of the addresser and enlarges the polemic relationship with the addressee. Direct Speech, in particular, is important to create discourse reliability.

However, in spite of the factuality of the topics in discussion, this parliamentary discourse allows the usage of fictional reported speech, as direct speech.

I intend to establish when this type of reported speech occurs, its fictional status and the linguistic devices that mark its usage.

Keywords: Political Discourse, debate, reported speech, fiction, argumentative strategies, interpersonal relationship.

Índice de conteúdos

1. Discurso político e discurso relatado
 - 1.1 O discurso relatado no debate da Interpelação ao Governo: DR e géneros discursivos
 - 1.2 Da gramática tradicional à análise do discurso (relatado)
2. Discurso Relatado e estatuto teórico
3. Discurso Relatado – funções discursivas
4. O Discurso Directo no Discurso Político
5. Discurso Directo ficcional e Discurso Político Parlamentar - funcionamentos
6. Conclusão

1. Discurso político e discurso relatado

1.1 O discurso relatado no debate da Interpelação ao Governo: DR e géneros discursivos

A análise das ocorrências e funcionamento do Discurso Relatado (a partir de agora DR), nas suas diferentes possibilidades, é indissociável do género discursivo em que se realiza, pois a relação entre práticas micro-discursivas e géneros discursivos não é directa, mas é condicionada por essa dinâmica interactiva.

No caso vertente, constituímos como *corpus* de análise os Debates da Interpelação ao Governo, um subgénero do Discurso Político Parlamentar. São excertos, que apresentamos em anexo, dos seguintes debates, realizados durante a IX legislatura que, iniciada em 2002, terminou em 2004:

- Debate da Interpelação nº 1, de 31 de Maio de 2002,
- Debate da Interpelação nº 2, de 10 de Outubro de 2002;
- Debate da Interpelação nº5, de 29 de Maio de 2003;
- Debate da Interpelação nº7, de 7 de Outubro de 2003;
- Debate da Interpelação nº 9, de 11 de Dezembro de 2003;
- Debate da Interpelação nº10, de 19 de Março de 2004;
- Debate da Interpelação nº 13, de 20 de Maio de 2004;

Os debates das interpelações ao Governo são, em síntese, momentos de vigilância democrática, momentos em que o Parlamento, pela voz de uma bancada, questiona o Governo sobre política geral ou sectorial. Os tópicos em discussão reportam-se, pois, a factos “reais” de variada natureza¹, a partir dos quais os

¹ Sobre o Discurso Político Parlamentar e os debates da Interpelação ao Governo, consultar (cf Marques, 2000). Ressalta como característica fundamental o facto de ser um debate, de natureza polémica, portanto, fortemente ritualizado. Veja-se o excerto seguinte que apresenta a agenda concreta de um debate:

«Sr. Presidente (João Bosco Mota Amaral): (...) Aproveito para lembrar a grelha de tempos do debate. Haverá um período de abertura, em que tanto o partido interpelante como o Governo dispõem de 20 minutos. Os tempos destinados a pedidos de esclarecimento são os seguintes: Governo, PSD e PS - 40 minutos cada; CDS-PP - 14 minutos; PCP - 11 minutos; BE - 7 minutos; Os Verdes - 6 minutos. Por fim, o encerramento do debate será preenchido pela

participantes constroem a sua argumentação. A presença de jornalistas assegura, em princípio (e pelo menos em parte), a divulgação do debate ao principal destinatário que é o povo português.

1.2 Da gramática tradicional à análise do discurso (relatado)

O Discurso Directo e o Discurso Indirecto (DD e DI, a partir de agora) são formas polares e canónicas das chamadas modalidades do discurso, na gramática tradicional (a que se juntou no século XIX o Discurso Indirecto Livre).

Em duas gramáticas do português, de fundamentação tradicional, as gramáticas de Evanildo Bechara e de Cunha & Cintra, as modalidades do Discurso são tratadas em capítulos diversos mas de forma semelhante, isto é, de acordo com os desenvolvimentos privilegiados tradicionalmente. Em Bechara, fazem parte do capítulo dedicado a «Orações complexas e grupos oracionais»; quanto a Cunha & Cintra, os autores dedicam um subcapítulo a «Discurso Directo, discurso indirecto e discurso indirecto livre – estruturas de reprodução de enunciação». Pese embora tal titulação, a perspectiva é inteiramente tradicional:

«O português, como outras línguas, apresenta normas textuais para nos referirmos no enunciado às palavras ou pensamentos de responsabilidade do nosso interlocutor, mediante os chamados discurso directo, discurso indirecto e discurso indirecto livre.

No DISCURSO DIRETO reproduzimos ou supomos reproduzir fiel e textualmente as nossas palavras e as do nosso interlocutor, em diálogo (...) com a ajuda explícita ou não de verbos como disse, respondeu, retrucou (...). No diálogo, a sucessão da fala dos personagens é indicada por travessão (outras vezes, pelo nome dos intervenientes).»

Evanildo Bechara (1999: 481-482)

«Para dar-nos a conhecer os pensamentos e as palavras de personagens reais ou fictícios, dispõe o narrador de três moldes linguísticos diversos conhecidos pelos nomes de: a) discurso (ou estilo) directo; b) discurso (ou estilo) indirecto e c) discurso (ou estilo) indirecto livre.

DISCURSO DIRECTO

(...) ocorre a reprodução textual das falas dos personagens»

(...)

Características do Discurso Directo.

1. No plano formal, um enunciado em DISCURSO DIRECTO é marcado, geralmente, pela presença de verbos do tipo dizer (...)

Quando falta um desses verbos (...) cabe ao contexto e a recursos gráficos (...) a função de indicar a fala do personagem. (...)

2. No plano expressivo, a força da narração em DISCURSO DIRECTO provém essencialmente da sua capacidade de actualizar o episódio, fazendo emergir da situação o personagem, tornando-o vivo para o ouvinte, à maneira de uma cena teatral, em que o narrador desempenha a mera função de indicador das falas. (...) a variedade de verbos introdutores oferecida pela língua portuguesa aos seus usuários permite (...) caracterizar, com precisão e colorido, a atitude do personagem cuja fala vai ser textualmente reproduzida.»

Celso Cunha & Lindley Cintra, 1984: 630

intervenção de um representante do partido interpelante e pela de um membro do Governo, cabendo a cada um o tempo de 10 minutos.

Permito-me fazer um apelo a todos os participantes no debate para que utilizem a sua plena liberdade de expressão com o máximo de respeito pelas ideias dos outros - essa é a regra de jogo de sempre -, com moderação nas palavras.»

(IX Legislatura, p. 3728 DAR I Série, de 20/21 de Fevereiro de 2003)

De forma breve, salientamos nestes excertos as seguintes características:

a) Redução da questão das modalidades discursivas, e em particular do DD, à frase e a uma questão meramente sintáctica. Dimensão gramatical, frásica do fenómeno
b) Redução ao texto escrito, e literário em particular². Características do texto escrito. Não há qualquer referência à oralidade e suas especificidades.

c) Redução do processo a produção mimética das palavras das personagens, como se mais nada houvesse, em termos de marcas prosódicas, gestuais, proxémicas, etc.)

d) Redução do DD a uma reprodução de «palavras exactas». Pressupõe transparência da língua. Visão inócua dos processos de enunciação.

Retomar aqui estes dois autores, fazer ouvir as suas vozes, quando obviamente ilustram uma perspectiva de análise há muito ultrapassada, justifica-se pelo facto de esta ter ultrapassado o domínio especializado do estudo da língua para constituir, a meu ver, uma opinião, um conhecimento doxal, com implicações na relação comunicacional, desde logo, e até na relação social a um nível mais amplo. Com efeito, a escola, pela transmissão sistemática destes “conhecimentos” ao longo de gerações, fundamenta que estes constituam actualmente conhecimentos doxais. Existe, ligado a *Discurso Directo*, um pressuposto de autenticidade, de objectividade, que condiciona a interacção verbal, na medida em que induz uma leitura «de dicto».

2. Discurso Relatado e estatuto teórico

O Discurso Relatado, na teorização que a Análise do Discurso vem desenvolvendo, tem um novo estatuto teórico, que advém, em primeiro lugar, de o Discurso ser o objecto de análise e o DR um dos mecanismos de construção discursiva, efectivo relato de discursos, conseguido através do processo de encaixe de um discurso alheio (citado) num discurso em construção (citante), hierarquizados pela função que o primeiro vai desempenhar no segundo. Não se relatam frases nem sequer enunciados, mas enunciações, logo todas as coordenadas enunciativas serão variáveis a ter em conta. A configuracionalidade discursiva determina o sentido do discurso quer a nível global quer a nível local.

Ao ser reanalisado não como fenómeno frásico, mas como um fenómeno discursivo, o DR, nos diversos usos que manifesta, não é indiferente ao género discursivo que condiciona a particular interacção verbal em que ocorre. Se um particular género condiciona o tipo de discurso relatado, a influência é bidireccional, e o DR permite conhecer, por sua vez, algumas características do género em causa. Não é irrelevante para a investigação que o DR ocorra, por exemplo, no discurso literário, na conversação, num discurso judicial, ou no discurso político.

É, pois, neste novo enquadramento teórico que o DR se articula com conceitos como interdiscursividade, circulação de discursos e dialogismo/polifonia³.

² A noção de modalidades de discurso (DD, DI e DIL) foi moldada, como todos os conceitos da Gramática Tradicional, sobre o discurso literário. Aliás, o discurso literário constitui actualmente um dos «recursos» mais usados para determinar e analisar as possibilidades e inovações, no que concerne a possíveis relatos de discurso. Sobre este tema, veja-se Duarte, 2004.

³ Não é possível falar de DR sem ter como referência o grupo Ci-Dit, apresentado no respectivo site: « Ci-dit est un groupe de recherche international et interdisciplinaire visant à articuler l'histoire, les théories et les pratiques du discours rapporté.»

O DR constitui um dos dispositivos de convocação de vozes, marca do dialogismo intrínseco da língua. Há sempre uma pluralidade de vozes – identificadas, indetectáveis ou anónimas – mas todas elas fundamentais para a construção global do discurso e dos seus sentidos. A dimensão dialógica constitutiva dos discursos é enriquecida com o relato de outros discursos, a que o locutor decidiu dar voz. São, efectivamente, discursos em circulação, quer se trate da retoma de um discurso original, ou de discursos já anteriormente relatados, repetidos, em circuitos de transmissão discursiva variados. Esta não é aliás uma questão menor. Está relacionada com os géneros de discurso. Em princípio, a circulação dos discursos relatados num jornal não se confunde – ou não deveria confundir-se – com o circuito de boatos, do «diz que diz». Esta circulação condiciona a forma final do discurso relatado. Creio que entram aqui, de modo decisivo, os conhecimentos doxais sobre o relato dos discursos, que referi acima.

A apropriação das «palavras» dos outros é uma intrusão no seus discursos, na complexa rede de relações semântico-pragmáticas que aí se construíram, a fim de daí extrair, e necessariamente recontextualizar, um fragmento discursivo.

Esta questão leva-nos à dimensão fictiva do DR. A reformulação, o resumo, a manipulação, ou tão-só a recontextualização, são formas de «traição» ao discurso relatado. Ao contrário da perspectiva frásica, atida à dimensão sintáctica, que acredita na fidelidade da reprodução, sobressai uma primeira dimensão da natureza ficcional do DR, que classifico como *ficcionalidade*₁. A factualidade ligada às diferentes manifestações do DR é, mesmo no DD, uma ficção, uma ilusão de verdade. Repetir o que alguém disse não recupera forçosamente a intenção com que o disse.

A terminologia sugerida por alguns autores evidencia esta dimensão e a necessidade teórica de a tornar visível na própria denominação do conceito: Discurso Representado é o termo usado por quem quer acentuar a dimensão «ficcional» e «mise-en-scène» que caracteriza o DR. Afastada a possibilidade de literalidade no relato discursivo, outros conceitos, a serem usados, devem ser reformulados, mitigando uma natureza e oposição que, tal e qual, não existe, como é o caso da leitura «de dicto» e «de re», fundadoras da oposição entre DD e DI.

Um outro tipo de ficcionalidade, a ficcionalidade₂, dá conta do facto de o DR para ser discursivamente eficaz, não ter necessidade da existência real do discurso a ser citado. Esta particularidade não está limitada ao discurso literário, tido como ficcional, nem sequer a antecipações de possíveis discursos. A natureza ficcional do DR é mais nuclear, decorre da própria natureza da linguagem verbal. Como teorizou Hockett, a linguagem verbal tem na prevaricação uma das suas características básicas. Por isso o DR pode ser o relato de discurso imaginários, discursos possíveis, futuros, mas também discursos pretendidamente passados:

« Travailler sur l’oral, dans le cadre interactionniste, montre que les formes de DR utilisées sont souvent liées aux objectifs et enjeux de la situation de parole et qu’elles servent souvent à rapporter des discours fictifs, n’ayant jamais été dits » (Rosier, 2005: 157)

O DR é arte do fingimento.

3. Discurso Relatado – funções discursivas

Graciela Reyes (1984: 68 e seguintes) situa o DR na zona de indistinção relativa à «distinción tradicional entre uso y mención» (p.68), porque implica basicamente a transformação de um segmento linguístico em objecto de comentário: «La cita es mención en la medida en que permite un comentario sobre sí misma, comentario que toda cita permite en algún grado...» (p.71). A autora desloca, assim, a atenção do interdiscurso, de um discurso anterior (e exterior) para o próprio acto de relatar outros discursos, acentuando esta função discursiva.

A função discursiva do DR tem a ver, em primeiro lugar, com o locutor, os objectivos discursivos e a relação que estabelece com o seu interlocutor. Qualquer que seja a modalidade escolhida para relatar um discurso, é o locutor (L_1) que convoca esse relato, assumindo assim a responsabilidade de actualizar essa voz (L_2) no discurso. Relativamente a ela, L_1 marca uma distância que o aproxima até à identificação ou o afasta, dissociando-o do ponto de vista apresentado. Convocar outras vozes é sempre uma estratégia de legitimação de L_1 , de construção de um *ethos* discursivo credível. Está aqui a razão da opção pelo DD ou DI, que servem à marcação da relação de L_1 com o discurso citado e L_2 : no DD a responsabilidade da expressão é pretendidamente de L_2 . É o seu ponto de vista, são os seus juízos avaliativos, etc. Daqui decorre uma característica fundamental do DD que, ao contrário do DI, não impõe nenhuma restrição à ocorrência de expressões linguísticas ou classes de palavras.

A interpretação do discurso que o Locutor (L_1) disponibiliza no uso do DI compromete-o mais, em termos da imagem de si que tal estratégia mostra. L_1 joga com estas distâncias, com estas características, para se valorizar na relação que estabelece com essas vozes, por um lado, e com o seu alocutário, por outro⁴.

DR constitui uma importante estratégia discursiva para construção da sua imagem, da relação com o seu alocutário, quer ao serviço da intenção argumentativa global quer, em alguns casos, ao serviço do processo local de argumentação como argumentos para uma conclusão.

4. O Discurso Directo no Discurso Político:

Restringindo, por questões operatórias, o DR ao DD, passaremos, agora, à relação que pode ser estabelecida entre DD, nas características que enquanto modalidade de DR lhe foram sendo apontadas, e o Discurso Político Parlamentar (Debate da Interpeleção ao Governo). Como já foi adiantado, o Debate da Interpeleção ao Governo é um género discursivo fortemente ritualizado. Os temas de debate, os participantes, o local de realização, duração e estruturação do debate estão consignados no Regimento da Assembleia da República Portuguesa.

Retomámos a caracterização do seu quadro comunicativo, para salientar que o este género de discurso constitui um acto «de fiscalização política pela qual os partidos obrigam o Governo a apresentar-se na Assembleia e a ser confrontado com a crítica à

⁴ Opor assim DD e DI é fazer apelo, apenas, a uma classificação polar, que sofre alterações, com evidentes implicações discursivas, segundo o uso que de outros mecanismos linguísticos for feito no relato.

sua política geral ou sectorial.» (www.parlamento.pt). Estamos no domínio da factualidade, isto é, o debate, que visa discutir aspectos da realidade política e social portuguesa, assenta em factos considerados reais, que tiveram lugar num determinado tempo e espaço históricos, bem determinados. Assumindo esta perspectiva, a fidelidade aos factos, e em particular, aos discursos, assume a importância que tem também noutros géneros de discurso, como é o caso do discurso científico, ou do discurso judicial. O DD serve, em princípio, estes objectivos, cria ilusão de verdade, permite trazer ao debate outras vozes, independentes, que secundam os objectivos do locutor, em duas dimensões fundamentais: como autoridade ou como «absurdo» a refutar. Em qualquer os casos, constituem-se como argumentos/contra-argumentos para a conclusão pretendida por L₁.

5. Discurso Directo ficcional e Discurso Político Parlamentar: funcionamentos

É por demais previsível que o *corpus* em análise confirme a ocorrência e funcionamento do DD tal como adiantámos. E tal acontece com efeito. A citação em DD, particularmente a partir de um texto escrito público e claramente identificado, é uma estratégia de valorização própria e contestação do adversário, com evidentes funções argumentativas. É a importância discursiva de citar uma fonte oficial, credível (e verificável). Favorece a leitura *de dicto*

(...) chamo a atenção para o artigo 116.º, particularmente aos Srs. Deputados do PSD, porque acho muito difícil que possam estar de acordo com isto, que diz: “1 - Cabe às partes definir a actividade para que o trabalhador é contratado. 2 - A definição a que se refere o número anterior pode ser feita por remissão para categoria constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável ou de regulamento interno.” Aqui está aquilo que seria o fim da contratação colectiva, entregando a parte mais fraca aos ditames daquele que é mais forte, que é a entidade patronal.

-(...)Um conselheiro escrevia, há muitos anos atrás, chamava-se ele Maquiavel, a seguinte recomendação aos vencedores: «Ao tomar conta de um Estado, o conquistador deve avaliar as medidas duras que devem ser tomadas e executá-las de uma só vez. As crueldades devem ser cometidas todas ao mesmo tempo». (...) Repito: «As crueldades devem ser cometidas todas ao mesmo tempo».

E é assim que o Governo tem procedido»

Em divergência com estes usos, o DD ocorre em modalidades que consideramos não factuais. O discurso do adversário é retomado como voz potencial. A construção explícita de um cenário alternativo, do domínio do possível, marcado por estruturas linguísticas que obrigam a uma interpretação «inactual» dos eventos referidos, embora não deixe de trazer para o discurso uma possibilidade de actuação que é sempre penalizadora para o adversário. Mas é estratégia do locutor assinalar o seu carácter virtual. A convocação desta voz assenta, assim, em construções hipotéticas que desactualizam a enunciação, e a remetem para um mundo alternativo ao “mundo real”:

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - A verdade é que o que mais me perturba é que os senhores criticam a política tendo subjacente a ideia de que a vossa própria política é que estava certa. *É que se dissessem* "a vossa política está errada, mas eis aqui uma terceira", *eu aceitaria*, (...). Deus nos defenda, Srs. Deputados!

Trata-se de uma forma de ficção que o locutor assume e explicitamente marca enquanto tal, através dos mecanismos acima referidos.

Um outro caso de ficção, que constitui o cerne deste trabalho, tem a ver com a ocorrência de citações em DD, que retomam mais uma vez a voz do adversário. É um *DD inventado* que não tem nenhum «discurso anterior» na sua origem⁵.

São vozes que podem surgir em qualquer momento do debate, pelas funções interactivas que desempenham, mas é sobretudo na fase «central» de perguntas e respostas – o momento do contraditório – que esta estratégia de citação é usada com mais frequência. Estas citações simulam uma factualidade que afinal não existe, ao serviço de estratégias de polemização. Na construção dessa dimensão factual, os tempos verbais, no modo indicativo, formas verbais quase sempre de presente ou passado, asseguram tal interpretação:

Diz o Governo

Agora, a proposta que faz é esta...

teve apenas uma visita do ministro. Para quê? Para dizer...

Dizem ainda os profetas da desgraça...

Nestes casos, e ao contrário do DD ficcional que acabámos de apresentar, não há na superfície discursiva nenhum mecanismo linguístico que represente explicitamente esta natureza ficcional. No entanto, ela é visível, através de outros procedimentos.

A. A introdução da voz do adversário é axiologicamente marcada. L₁ escolhe expressões verbais de valor judicativo; um valor judicativo negativo, que pretende condicionar a interpretação que o alocutário vai realizar do Discurso citado, mas também da imagem do seu responsável (L₂). Apresentando esta voz, L₁ fá-lo para, ao mesmo tempo, se afastar, tirando proveito dessa distância e realizar um acto de crítica:

O Sr. Francisco Louçã (BE): (...) Segunda *trapalhada*: o Governo diz-nos: «Nós queremos uma decisão. Ai de quem não queira decisões. Nós, sim, queremos uma decisão!

É que, daqui por uns dias, como, aliás, já o têm feito, estarão todos aqui a *gritar*: "Ai Jesus, que a maior parte das nossas empresas estão hoje no estrangeiro!"

Dizem ainda *os profetas da desgraça*: "Portugal está menos competitivo e não atrai investimento". Nada de mais falso, nada de mais errado!

Veja-se a *arbitrariedade* e o *casuísmo* com que o Governo tratou, e continua a tratar, esta ameaça das empresas privadas em acabar com o passe social nas suas carreiras, dizendo...

B. Quanto às vozes citadas, as vozes do adversário são vozes colectivas quase sempre, embora possam também ser vozes individuais. No primeiro caso, há uma vaguidade referencial que é propositada, isto é, há uma indefinição do sujeito, marcado por diferentes estruturas linguísticas; constitui-se como origem da voz um grupo de

⁵ É uma situação comum a outros discursos, nomeadamente discursos do quotidiano como a conversação. Inventar citações directas, diz Reyes (1993), é algo que é comum neste tipo de discurso. Ainda segundo a autora, o DD ocorre em momentos de clímax, destacando-se do resto da narrativa, torna-a mais lenta e mais viva pela dramatização que permite. É uma dimensão interessante, dado o carácter histriónico que caracteriza o Discurso Parlamentar (cf. Ilie, 2003 e Marques, 2005)

contornos mais ou menos indefinidos ao qual, simultaneamente se atribui a responsabilidade não de ideias ou opiniões comuns, mas de palavras específicas. A leitura *de dicto*, que o DD favorece, tem consequências em termos da construção de um discurso absurdamente feito em coro, se efectivamente tivesse sido realizado. A natureza ficcional da citação torna-se evidente, pelo efeito de *nonsense* que produz em termos dos sentidos do discurso.

Outros aspectos da construção do DD apoiam esta interpretação. O primeiro excerto que seleccionámos é interessante em termos de o discurso relatado ser de natureza dialogal, que é uma característica dos relatos nos discursos do quotidiano:

...o Governo diz-nos: «Nós queremos uma decisão. Ai de quem não queira decisões. Nós, sim, queremos uma decisão!».
Mas qual é a decisão? - pergunta-se.
«Isso não dizemos, é segredo.» - diz o Governo.
Mas qual é a decisão? - insiste-se.
«Acabar com um canal.» - diz o Governo.
Mas qual canal? - pergunta-se.
«Não dizemos.» - diz o Governo.
Como? - pergunta-se.
«Não dizemos.» - diz o Governo.
Como é financiado o canal que fica? - pergunta-se.
«Não queremos que se saiba.» - diz o Governo.
O que é que vai acontecer? - pergunta-se.
«Não sabemos, porque é uma comissão que vai decidir depois.» - diz o Governo.

Para além da estrutura, a irrealidade do diálogo é acentuada pelas estruturas linguísticas que marcam os interlocutores. A interacção verbal é realizada por dois interlocutores, «o Governo», tomado como entidade colectiva, que interage com um outro cuja identificação é ainda mais vaga. O pronome indefinido «se» apaga a identidade do agente, e, ao mesmo tempo alarga as possibilidades referenciais desta voz que questiona o governo. Contudo, ao fazer o enquadramento da citação, L1 define um alocutário, no uso que faz da pronominalização em «o Governo diz-*nos*», o que desde logo o identifica os membros do parlamento.

A mesma indefinição referencial caracteriza cada denominação da voz citada. Nos exemplos que seleccionámos, subjaz à nomeação do locutor (L2) uma dimensão genérica que suporta a natureza ficcional do DD.

diz o Governo
estarão todos aqui a gritar...
a proposta que faz [o governo] é esta...
os profetas da desgraça

Quando são vozes individuais, o comentário de L1 e as características do ou dos enunciados que são atribuídos a L2 constituem um forte ataque, na medida em que atingem de forma clara a sua imagem e o descredibilizam. Partindo de uma ficção, L1 empresta ao adversário uma voz que o diminui:

Sr. Ministro da Economia, acho que o tom do seu discurso é completamente afastado da realidade. É que *o senhor oscila entre o Calimero e o verdadeiro Super-Homem*, porque se, por um lado, vem dizer-nos "*coitadinho* deste Governo...

O hospital da Guarda teve apenas o enguiço da "cadeira partida", teve apenas uma visita do ministro. Para quê? Para dizer: "Este hospital tem de ter é mais *remendos*".

C. A natureza ficcional é suportada pelo carácter oral do discurso citado. No *corpus* em análise apenas num dos exemplos se apresenta a escrita como suporte do discurso citado. Contudo, a citação inicia-se com uma característica marca de oralidade:

E há uma falácia no raciocínio sobre os contratos a prazo, porque já vi *escrito isto pelo Governo*: "Bom, em Portugal, há incumprimento da legislação sobre os contratos a prazo, portanto, vamos flexibilizar".

«Bom» é um marcador discursivo característico da linguagem oral, que assinala uma tomada de vez que se constitui como réplica ou resposta. Faz parte, pois, de um paradigma de marcadores discursivos que assinalam a estruturação conversacional.

O discurso citado tem também características que o identificam como «absurdo», ou seja, neste caso como ficcional. É ao nível das escolhas lexicais que se faz, desde logo, a «estranheza» do discurso. O uso de expressões interjectivas, de carácter oralizante, mostra um discurso emotivo e informal:

"*Ai Jesus*, que a maior parte das nossas empresas estão hoje no estrangeiro!".
"*Ai não assinam*, então caducam esses direitos!"

Na mesma linha, sobressai, o valor axiológico do léxico escolhido. O significado das palavras condiciona as possíveis continuções discursivas, as inferências a fazer. Das possibilidades que a linguagem dá, dadas as coordenadas da enunciação e o género discursivo considerado, as escolhas feitas são fundamentais, porque servem fins comunicativos. No caso vertente, as escolhas atribuídas a L₂ não o dignificam, porque o mostram incompetente em termos dos papéis comunicativos assumidos, desconhecedor de normas discursivas fundamentais.

"*VV. Ex.as*, por favor, digam se há alguma '*facturazinha*' para pagar..."

"*coitadinho* deste Governo, que teve contra si toda a adversidade do mundo, uma crise mundial, a crise do petróleo, no fundo, uma conjuntura extraordinariamente negativa",

teve apenas uma visita do ministro. Para quê? Para dizer: "Este hospital tem de ter é mais *remendos*".

D. A desadequação confirma-se, finalmente, nos actos ilocutórios realizados, actos de ameaça, que são inadmissíveis em termos da interacção do governo com a sociedade civil, com os outros poderes democraticamente instituídos:

o Governo diz-nos: «Nós queremos uma decisão. *Ai de quem não queira decisões*. Agora, a proposta que faz é esta: "*Ai não assinam*, então caducam esses direitos!".

À pergunta formulada por Brès (2005: 144): «les discours convoqués et les relations évoquées par l'orientation dialogique du texte permettent-elles de définir la posture discursive du scripteur, du genre discursif utilisé?» é possível responder afirmativamente. Servindo objectivos comunicativos muito claros, estes relatos em DD acentuam a agressividade da relação comunicacional. O locutor assume uma omnisciência que lhe permite recriar a realidade. O objectivo não é enganar, mentir, antes destruir pelo absurdo. São caricaturas do adversário, usadas para contra-argumentar:

Agora, a proposta que faz é esta: "Ai não assinam, então caducam esses direitos!". É em relação a isso que **estamos em desacordo!**

O Sr. Paulo Pedroso (PS): (...) E há uma falácia no raciocínio sobre os contratos a prazo, porque já vi escrito isto pelo Governo: "Bom, em Portugal, há incumprimento da legislação sobre os contratos a prazo, portanto, vamos flexibilizar".

Ora, a desistência não é solução! A solução é intensificar as práticas inspectivas...

O DD ficcional, que temos vindo a analisar é uma estratégia fundamental de construção da argumentação, que põe em evidência a imagem dos interlocutores, não apenas de L₂ mas também de L₁. Apesar da distância que este estabelece relativamente à voz convocada, esta não deixa de o condicionar. Na convocação de uma voz está também em causa a construção do lugar comunicacional, que é parte da construção do sentido global do discurso. Marcado na superfície discursiva de diferentes modos, é um uso que, no próprio discurso, se pretende *de re* e não *de dicto*. Cada citação em DD concentra em si a interpretação que L₁ faz da circulação de uma série de discursos, de actos verbais e até não verbais. É uma ficção assumida por L₁:

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: "Está tudo bem assim e não podia ser de outra maneira". É isto o que dirá daqui a pouco, *por estas ou outras palavras*, o Sr. Ministro da Economia.

Tratando-se, afinal, de citações que são assumidamente *de re*, estas estariam, em princípio, mais de acordo com as características de funcionamento do DI. No entanto, a preferência pelo DD tem outras consequências discursivas. A não restrição à ocorrência de expressões linguísticas ou classes de palavras, que caracteriza a citação directa, permite recuperar as pretensas palavras de L₂, "tal e qual" e, portanto, trazer para o discurso, de forma "objectiva", a imagem e acção (negativa) desse locutor que é agora o adversário.

6. Conclusão

O carácter polémico do Debate da Interpelação ao Governo, uma das formas de debate parlamentar, favorece a «representação» de outros discursos. Num sentido lato, à apropriação do discurso do Outro subjaz sempre um acto de ficcionalização, por alteração contextual. Relatar um discurso é recontextualizá-lo, é dar-lhe outros sentidos. E o dizer não é inocente. É, sempre, um movimento avaliativo de um agir do adversário.

O DD ficcional, que apenas abordámos, não pretende ser interpretado como verdadeiro, pois mostra, poderemos dizer por *nonsense*, a não factualidade do evento linguístico relatado. Tem outras funções discursivas. Serve a construção argumentativa do discurso e atinge a dimensão interpessoal, na medida em que esta é parte integrante da construção do sentido. O DD ficcional é, com efeito, usado para levar a cabo um acto discursivo de crítica. Introduzindo a crítica, agudiza a relação polémica e constitui-se como um acto ameaçador para a face do alocutário. Mas há, obviamente, um retorno: o *ethos* do locutor é afectado pela voz que dá a ouvir e pela forma como o faz.

Em suma, DD ficcional cria/expresa «rumores», que servem os objectivos da luta política.

Referências bibliográficas

- Bechara, Evanildo (1999). *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª ed). Rio de Janeiro: Editora Lucerna
- Brès, Jacques (2005). «Dis-moi avec qui tu «dialogues», je te dirai...», *Marges linguistiques* - Numéro 9, Mai - M.L.M.S. éditeur <http://www.marges-linguistiques.com>, pp. 137- 153
- Cunha, Celso e Cintra, Lindley (1984). *Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Ed. Sá da Costa
- Duarte, Isabel Margarida. (2004). *O relato de discurso na ficção narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: FCG/FCT.
- Ilie, Cornélia (2003). «Discourse and metadiscourse in parliamentary debates». *Journal of Language and Politics* 1(2): 269-291.
- Marques, Maria Aldina (2000). *Funcionamento do discurso Político Parlamentar – a organização enunciativa do Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: Universidade do Minho.
- Marques, Maria Aldina (2005). «Os apartes no discurso político parlamentar: vozes “off”», in Marques, Maria Aldina, Koller, Erwin, Teixeira, José e Lemos, Aida Sampaio, (org.) *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. ILCH/CEHUM, Universidade do Minho, pp. 193-216
- Reyes, Graciela (1984). *Polifonía textual: la citación en el relato literario*. Madrid: Gredos
- Reyes, Graciela (1993). *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid: Arco/Libros
- Rosier, Laurent (2005). «L’analyse du Discours et ses corpus. A travers le prime du discours rapporté», *Marges Linguistiques* 9. (Maio) pp. 154-164 (www.marges-linguistiques.com)

Sítios na Internet:

Grupo Ci-Dit: www.ci-dit.org

Assembleia da República Portuguesa: www.parlamento.pt

Anexo:

1. O Sr. Francisco Louçã (BE): (...) Segunda trapalhada: o Governo diz-nos: «Nós queremos uma decisão. Ai de quem não queira decisões. Nós, sim, queremos uma decisão!». Mas qual é a decisão? - pergunta-se. «Isso não dizemos, é segredo.» - diz o Governo. Mas qual é a decisão? - insiste-se. «Acabar com um canal.» - diz o Governo. Mas qual canal? - pergunta-se. «Não dizemos.» - diz o Governo. Como? - pergunta-se. «Não dizemos.» - diz o Governo. Como é financiado o canal que fica? - pergunta-se. «Não queremos que se saiba.» - diz o Governo. O que é que vai acontecer? - pergunta-se. «Não sabemos, porque é uma comissão que vai decidir depois.» - diz o Governo. Contudo, o Ministro já diz: «Mas vai custar 30 milhões de contos». Não sabe quais são

os programas que vão custar 30 milhões de contos, porque eles dependem da comissão que ainda não trabalhou, mas já sabe que custam esse valor e, portanto, que a solução é esta.

Extraordinária terceira trapalhada: as contas. Disse o Sr. Ministro que a grelha de programas custava 29 milhões de contos.(...)

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.1, de 31 de Maio de 2002 p. 617

2. O Sr. Francisco Louçã (BE): - (...) Um conselheiro escrevia, há muitos anos atrás, chamava-se ele Maquiavel, a seguinte recomendação aos vencedores: «Ao tomar conta de um Estado, o conquistador deve avaliar as medidas duras que devem ser tomadas e executá-las de uma só vez. As crueldades devem ser cometidas todas ao mesmo tempo». (...) Repito: «As crueldades devem ser cometidas todas ao mesmo tempo». E é assim que o Governo tem procedido.

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.1, de 31 de Maio de 2002 p. 617

3.O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): (...) Creio que a competitividade e a produtividade conseguem-se, sim, com a motivação dos trabalhadores e dos empresários, defendendo as empresas, fixando as alavancas fundamentais no património nacional e não as entregando aos centros de decisão externos. É que, daqui por uns dias, como, aliás, já o têm feito, estarão todos aqui a gritar: "Ai Jesus, que a maior parte das nossas empresas estão hoje no estrangeiro!"

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.2, de 10 de Outubro de 2002 p. 1860

4. O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): (...) Porque os patrões tentavam retirar direitos que foram conquistados ao longo de muitos anos, e, naturalmente, os sindicatos recusaram-se a assinar. Agora, a proposta que faz é esta: "Ai não assinam, então caducam esses direitos!". É em relação a isso que **estamos em desacordo!**

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.2, de 10 de Outubro de 2002 p.1873

5. O Sr. Paulo Pedroso (PS): (...) E há uma falácia no raciocínio sobre os contratos a prazo, porque já vi escrito isto pelo Governo: "Bom, em Portugal, há incumprimento da legislação sobre os contratos a prazo, portanto, vamos flexibilizar".

Ora, a desistência não é solução! A solução é intensificar as práticas inspectivas, a solução é aperfeiçoar a legislação, como aqui fizemos ainda o ano passado, para que não haja uso ilegal dos contratos a prazo!

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.2, de 10 de Outubro de 2002 p. 1887

6. O Sr. Ministro da Economia (Carlos Tavares): (...) Dirão alguns que leva tempo. É verdade! Não é possível num ano vencer os atrasos e os adiamentos de muitos anos, não é possível num ano vencer uma conjuntura internacional altamente adversa e (...) Dizem ainda os profetas da desgraça: "Portugal está menos competitivo e não atrai investimento". Nada de mais falso, nada de mais errado!

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.5, de 29 de Maio de 2003 p. 5286

7. A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - A verdade é que o que mais me perturba é que os senhores criticam a política tendo subjacente a ideia de que a vossa própria política é que estava certa. É que se dissessem "a vossa política está errada, mas eis aqui uma terceira", eu aceitaria, mas os senhores dizem "a vossa política está errada; a nossa é que estava certa". Deus nos defenda, Srs. Deputados!

Diário da Assembleia da República (I série) Interpeção n.7, de 7 de Maio de 2003 p. 350

8. A Sr.^a Ana Manso (PSD): - ... e eu saúdo isso. V. Ex.^a foi lá três vezes, mas eu vou lá muitas mais vezes.

O hospital de Seia foi várias vezes prometido pelo anterior governo, que praticamente o deixou cair.

Mais: o hospital da Guarda foi seis vezes promessa em períodos eleitorais. Sabe o que é que fizeram, Sr. Deputado? Eu sei que sabe. O hospital da Guarda teve apenas o enguiço da "cadeira partida", teve apenas uma visita do ministro. Para quê? Para dizer: "Este hospital tem de ter é mais remendos".

Diário da Assembleia da República (I série) Interpelação n.9, de 11 de Dezembro de 2003 p. 1740

9. O Sr. Francisco Louçã (BE): (...) Mas, Sr. Ministro, esses mesmos trabalhadores sabem que, quando o Citigroup adianta ao Governo 1765 milhões de euros, o Governo vem dizer, a nós e a todos, que não sabe se tem de pagar alguma coisa e vira-se para o banco e diz "VV. Ex.as, por favor, digam se há alguma 'facturazinha' para pagar. Logo veremos se poderemos ou não pagá-la".

Esta duplicidade absoluta, esta fraqueza perante os fortes, esta incompetência perante os problemas dos mais fracos é o que caracteriza este Governo.

Diário da Assembleia da República (I série) Interpelação n10, de 19 de Março de 2004 p.3595

10. A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): - Sr.^a Presidente, Sr. Ministro da Economia, acho que o tom do seu discurso é completamente afastado da realidade. É que o senhor oscila entre o Calimero e o verdadeiro Super-Homem, porque se, por um lado, vem dizer-nos "coitadinho deste Governo, que teve contra si toda a adversidade do mundo, uma crise mundial, a crise do petróleo, no fundo, uma conjuntura extraordinariamente negativa", por outro, diz-nos que esse Governo, coitado, que teve contra si tantas adversidades, conseguiu, num esforço titânico (e verdadeiramente só o senhor conseguiria fazê-lo), encontrar os sinais e vencer, de uma forma triunfante, todas essas adversidades, e falou-nos de maravilhas, que nada têm a ver com a realidade. A realidade, Sr. Ministro, é que este Governo, nos mais diversos níveis, se tem revelado um desastre.

Diário da Assembleia da República (I série) Interpelação n.13, de 20 de Maio de 2004 p. 4880

11. O Sr. Bruno Dias (PCP): - Veja-se o acordo que ainda há dias o Governo fez com a FERTAGUS, abrindo a porta a mais aumentos de tarifas. Veja-se a arbitrariedade e o casuísmo com que o Governo tratou, e continua a tratar, esta ameaça das empresas privadas em acabar com o passe social nas suas carreiras, dizendo "toma lá 3 milhões de euros e mantém tudo na mesma". O futuro mantém-se na incerteza, mantém-se na instabilidade.

Diário da Assembleia da República (I série) Interpelação n.13, de 20 de Maio de 2004 p. 4888

12. O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): - Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: "Está tudo bem assim e não podia ser de outra maneira". É isto o que dirá daqui a pouco, por estas ou outras palavras, o Sr. Ministro da Economia.

Diário da Assembleia da República (I série) Interpelação n.13, de 20 de Maio de 2004 p. 4866

13. O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): - Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: "Está tudo bem assim e não podia ser de outra maneira". É isto o que dirá daqui a pouco, por estas ou outras palavras, o Sr. Ministro da Economia.

Diário da Assembleia da República (I série) Interpelação n.13, de 20 de Maio de 2004 p. 4866